

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DEZEMBRO DE 2010**

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral às Demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Considerações gerais:
O ano de 2010 se notabiliza pela convergência final aos padrões da contabilidade internacional (IFRS) que, em última análise, privilegia a essência dos fatos econômicos dentro da companhia em detrimento da forma. Desde a edição da Lei 11.639/2007, a Corumbá Concessões S.A. vem gradativamente se adequando a estes novos mandamentos, sendo uma das primeiras companhias em sua região a tomar providências nesse sentido. O ano de 2010 então fecha o ciclo de alterações previstas nessa lei e demais pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Dentre vários efeitos da citada convergência na Corumbá Concessões S.A em 2010, três se destacam: (i) A contabilização retroativa e em 2010, no balanço, da correção dos valores aportados pelo Fundo de Investimento e Participações (FIP) na Corumbá desde 2005, bem como o seu principal, como instrumento de dívida. (ii) Cessão patrimonial da conexão à Subestação de Santa Maria para a CEB, como já era previsto no contrato de conexão com esta última desde o ano de 2006 e (iii) Novo tratamento dos valores relativos à Outorga (UBP), registrando no ativo intangível e passivo o valor associado ao Contrato de Concessão desde a assinatura do mesmo em 2000, ocasionando um efeito negativo no resultado, dado à correção desse passivo principalmente. Estes três fatores, em grande parte não recorrentes, explicam o resultado final negativo da Companhia em 2010, com a respectiva reapresentação dos resultados de 2009, após três anos de resultados líquidos positivos.

Vale notar que o resultado operacional, excluindo-se os efeitos não recorrentes acima citados, nos leva a resultados na média do setor, com uma relação EBITDA/Receita líquida de cerca de 63%. Ainda, a geração de caixa operacional não é afetada por esses lançamentos. Registra-se nova operação de sazonalização da energia assegurada, realizada pelo quarto ano consecutivo, representando ingresso de recursos líquidos para a Companhia no montante aproximado de R\$ 1.200 mil.

Acompanhando a trajetória de apreciação do Real em relação às outras moedas, o mesmo afetou positivamente o resultado financeiro da Companhia no ano de 2010, na medida em que diminuiu o estoque da dívida de longo prazo com o BNDES e Banco do Brasil nas tranches nominadas em cesta de moedas. Registra-se ainda a volta da amortização integral das parcelas da dívida com o BNDES e Banco do Brasil em setembro de 2010, preservando-se contudo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em patamares médios de 2,0, maior que o demandado em contrato, de 1,3. O faturamento bruto de 2010 de R\$ 122,8 foi superior ao faturamento de 2009 (R\$ 111,2) em cerca de 10%, ao passo que os custos e despesas, excetuando-se os itens não recorrentes citados, apresentam uma redução superior a 20%. Estima-se que com a elevação do IGPM no ano de 2010, o reajuste tarifário da Companhia em abril de 2011 se situe em patamares superiores aos observados nos anos anteriores, com o consequente reflexo no faturamento de 2011.

No tocante à geração operacional, registra-se a taxa média de disponibilidade da Usina em torno de 95,3% no ano de 2010.

Ainda no contexto operacional, o ano de 2010 se destaca também por:

- Geração física de energia elétrica dentro dos patamares de volume e qualidade requeridos pelos órgãos fiscalizadores e os clientes.
- Ênfase no atendimento às condicionantes ambientais (vide capítulo "meio ambiente"), com forte ação de retirada e demolição de casas na Área de Preservação Permanente - APP e projetos de atendimento ao Plano Básico Ambiental - PBA de socioeconomia.
- Certificação técnica pela Voith-Siemens da capacidade maior de geração das turbinas da Corumbá com vistas ao processo de elevação da energia assegurada.
- Investimento continuado no treinamento de pessoal técnico da Corumbá, bem como reforço no treinamento do pessoal próprio do escritório.
- Sucesso em vários litígios judiciais nas áreas fundiária e cível (Ação civil pública).

Convergência às normas internacionais de contabilidade:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449 (posteriormente Lei 11.941/2009), que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB". A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

O presente relatório já contempla as modificações para a convergência final mandatória para o exercício de 2010, bem como a reapresentação do ano de 2009.

Em linha com a OCP005 (interpretação e aplicação da ICPC01 – Contratos de Concessão Empresas Reguladas), e levando-se em conta as características do contrato de concessão da Companhia (Contrato de Uso de Bem Público – UBP / Produtor Independente de Energia), o presente relatório contempla dois principais tratamentos:

O registro do Direito e obrigações decorrentes da Outorga são considerados pela vertente que considera a mesma um contrato já executado, ou seja, os valores respectivos (ativo e passivo) são lançados desde o início da Concessão. Os valores atrelados ao contrato de concessão assinado na Companhia são fixos ao longo da concessão sendo reajustados monetariamente pelo IGP-M e pagos (caixa) mensalmente. Pelas características do leilão e pelo fato do Contrato de Concessão da Companhia ter sido celebrado antes de 2004, como Produtor Independente, não se aplica a condição "5a" da Norma do ICPC01 ("o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço"), portanto está fora do alcance da ICPC01, bem como dos efeitos (reclassificação dos ativos, etc.).

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração julgou desnecessário proceder à reavaliação de seus ativos não financeiros, na medida em que existem indicadores de "impairment", sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Concessionária, lembrando sempre do contexto que se insere a Concessionária na modelagem do setor em que atua (Produtor independente – utilização de bem público).

Por definição, em regime de Concessão, mesmo sendo de utilização do bem público, a teoria (e prática) é que o investimento terá que ser devidamente remunerado ao titular da Concessão, seja através das condições atuais ou seja em uma eventual extensão do prazo de concessão se, ao fim deste, for verificado a existência de ativos não totalmente depreciados. Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de "impairment") a Administração ressalta no caso prático:

- A - Principais Indicadores **Externos** de "impairment":
O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: É certo que, não obstante as turbulências econômicas iniciadas no mercado externo, as mesmas não têm efeito relevante na estrutura de funding da Concessionária e também não afetam o Mercado específico (energia elétrica) que demanda o produto da Concessionária (seja pela inelasticidade da demanda ou seja por força contratual);
- As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;
- O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior que o que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

- B - Principais Indicadores **Internos** de "impairment":
Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento procedimentos de compra/aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.
- Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).
- Comitê para convergência ao IFRS: Reuniões mensais com a área contábil com finalidade de análise e discussão de tais convergências para os critérios internacionais.

À título de nota, é importante frisar ainda, que no ano de 2010, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão das exposições jurídicas contingentes, subsidiando com informações, as providências para esses riscos de acordo com a NPC 22.

Litígios Fundiários

A Companhia, é parte ativa em um processo de desapropriação fundiária que, decisões em 2ª instância no ano de 2009, ensejaram um provisionamento de recursos em montante que representava a melhora estimativa, dos advogados e da Administração, de desembolso futuro de recursos. Em linha com a NPC 22, o fato é gerador de provisões na medida em que representa uma obrigação presente, fruto de fato gerador passado, isto é, não depende de confirmação futura, demandará desembolso de recursos para a sua liquidação e o seu montante pode ser razoavelmente estimado com base em informações ora disponíveis. No decorrer do ano de 2010 contudo, a Companhia obteve êxito em sua atuação jurídica junto à 4ª Câmara Cível do TJGO, o qual à unanimidade de votos conheceu e deu provimento aos seguintes Embargos de Declaração interpostos pela Companhia, nos autos da Apelação Cível nº 200704678661, imprimindo efeito modificativo do acórdão, ensinando reavaliação dos valores provisionados e reduzindo os mesmos.

Renovação da Licença de Operação nº 514/2005

Não obstante a falta de resposta do IBAMA até 2010, o pedido de renovação da Licença de Operação (L.O) nº 514/2005 da UHE Corumbá IV foi feito em agosto de 2009, sem maiores exigências por parte daquele órgão. Porquanto, até o pronunciamento oficial do órgão licenciador, a Licença de Operação encontra-se automaticamente prorrogada.

Ação Civil Pública – mandado de segurança de cassação da Licença de Operação (L.O.)
Conforme descrito no relatório anterior, o Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2006 impetrou Mandado de Segurança com pedido liminar objetivando a suspensão da Licença de Operação nº 514/2005, expedida pelo IBAMA em favor da Corumbá Concessões S.A., bem como o cancelamento da inauguração do empreendimento UHE Corumbá IV, no qual a Corumbá Concessões S.A. postulou ação de Suspensão de Segurança da referida liminar, e obteve-se decisão suspendendo a liminar concedida, restituindo os efeitos da LO e autorizando a inauguração e operação do empreendimento.

Ao longo dos anos de 2007 a 2010, a Concessionária empenhou suas atuações no atendimento das condicionantes da LO, acrescidas de uma política de aproximação contínua com os órgãos ambientais licenciadores e fiscalizadores, no cumprimento das condicionantes socioeconômicas e ambientais do empreendimento, tais como IBAMA, ICMBio, Ministério Público Federal e Estaduais. O empenho desenvolvido resultou no encaminhamento do Mandado de Segurança movido pelo MPF para extinção, primeiramente, face ao posicionamento da Procuradoria Federal do IBAMA, que em junho do ano de 2007 peticionou nos autos requerendo improcedência dos pedidos formulados pelo Impetrante (MPF), pois não havia pendências no licenciamento ambiental do empreendimento.

No mesmo sentido, a Justiça Federal legítimo o posicionamento externado pelo IBAMA, profereindo decisão que indeferiu o pedido de fls. 840/842 e 959- V, no qual o MPF determinava a solicitação da cassação da LO. No decorrer do ano de 2008, o IBAMA, por sua Procuradoria Federal, mais uma vez se pronunciou nos autos, informando que, à luz das análises técnicas procedidas por aquele órgão, não havia sido identificada nenhuma condicionante não atendida pela Companhia.

No ano de 2009, o Mandado de Segurança em que o MPF requereu a cassação da LO ainda tramitava, contudo, a ação de suspensão de segurança nº 2006.01.00.002651-0 ajuizada pela Companhia foi julgada procedente em favor da Corumbá Concessões S.A. pela Corte Especial do TRF da 1ª Região, rejeitando-se por unanimidade de votos o agravo regimental interposto pelo MPF:

“AGRAVO. SUSPENSÃO DE MEDIDA LIMINAR. SUSPENSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DE EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO E CANCELAMENTO DE SUA INAUGURAÇÃO.”

I - O Distrito Federal, por ser sede do Governo Federal e dos principais órgãos e entidades da administração direta e indireta dos três poderes, não pode ficar à mercê das suscetibilidades climáticas ou de problemas técnicos que interrompem o fornecimento de energia elétrica.

II - Por ser sede do Governo Federal, a garantia no fornecimento de água e energia elétrica é questão que envolve a própria segurança nacional, razão pela qual a construção do reservatório não pode ser deduzida em razão do interesse particular dos acionistas da Concessionária, mas interpretada como fator de relevante interesse público, a justificar a legitimidade da requerente para a formulação do pedido de suspensão. III - Ao tempo do deferimento da medida liminar, a represa já se encontrava pronta para entrar em operação, pois o cancelamento da inauguração em nada mudaria essa situação fática, como também não seria o caso de se aplicar, à espécie, o princípio da precaução, tendo em vista que, como já dito, a obra estava em fase de conclusão.

IV - Agravo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO
"Decide a Corte Especial, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental."

Corte Especial do TRF da 1ª Região - 03/12/2009.

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian Relator"

Finalmente, no ano de 2010 a referida decisão transitou em julgado, mais precisamente na data de 26/03/2010 e o processo fora arquivado em 16/04/2010.

MEIO AMBIENTE

1. INTRODUÇÃO

A Corumbá Concessões S.A visa sempre atender às especificações dos Programas Básicos Ambientais (PBAs), determinados em condicionantes na Licença de Operação – LO nº 514/2005, estabelecidas pelo órgão licenciador e fiscalizador competente (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA), e com base na política da administração empresarial que contempla a sustentabilidade econômica, social e ambiental para o reservatório e seu entorno. As ações são desenvolvidas e implementadas por empresas especializadas, sob orientação e coordenação do Departamento de Meio Ambiente da Corumbá.

As frentes de trabalho do Departamento de Meio Ambiente, estão agrupadas conforme similaridade de aspectos ambientais dos meios socioeconômico, físico e biótico, os quais visam mitigar e controlar alterações no reservatório da UHE Corumbá IV e no seu entorno.

2. MEIO SOCIOECONÔMICO

O meio socioeconômico é composto, atualmente, por cinco grupos de trabalho que atendem especificamente aos Planos Básicos Ambientais desse tema, com o nome "Da Energia à Socioeconomia". Essas frentes são:

- 1- Execução de PBAs que contemplam atividades de comunicação social, educação ambiental, fiscalização da bacia, segurança e alerta, vetores, malha viária, realocação de infraestrutura elétrica e de água e, por último, desconstrução de benfeitorias na APP.
- 2- Execução do Projeto Social "Da energia à Socioeconomia" que trata de assegurar a construção de casas a proprietários que residem no entorno do reservatório e que se encontram em situação de risco social. O Projeto também contempla a realização de programas sociais tais como o Campo Saúde, Balde Cheio, Hortas Didáticas, Agrinho e reforma/construção de escolas para atendimento da população rural.
- 3- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA.
- 4- Doações que atendem demandas provenientes diretamente da população, tais como a doação de brinquedos, uniformes escolares, placas ambientais e outros.
- 5- Patrocínio cultural.

2.1 EXECUÇÃO DE PBA: COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Programa de Comunicação Social é executado desde a entrada em operação da Companhia e tem como objetivo desenvolver e produzir programas de rádio, informando a população, tanto do meio rural quanto urbano, sobre as ações conduzidas pela Companhia em prol do desenvolvimento e sustentabilidade do meio ambiente, reciclagem, cidadania e utilização do reservatório. A Companhia também possui atendimento ao público através da ouvidoria, disponível em sua "home-page". Neste portal a população pode esclarecer todas as suas dúvidas diretamente com o Departamento de Meio Ambiente e outras áreas afins.

2.2 EXECUÇÃO DE PBA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As ações deste PBA são pautadas em informações levantadas sobre o cotidiano da população: dúvidas sobre procedimentos ambientais, novas formas de proceder com relação a legislação ambiental brasileira, conhecimento das especificidades do bioma cerrado, conservação de nascentes e fios d'água, entre outros assuntos de interesse comum, visando atender as demandas da população local, mediante a realização de eventos com cunho socioambiental.

2.3 EXECUÇÃO DE PBA: FISCALIZAÇÃO DE BACIA

As ações deste programa visam indicar pontos de ocorrência de infração ambiental na Área de Preservação Permanente – APP e divididas pelas seguintes categorias:

- Abertura e reabertura de estradas, rampa de acesso ao reservatório;
- Construção de casa;
- Plantação;
- Desmatamento;
- Construção de Cerca;
- Instalação de rede elétrica;
- Área para churrasco;
- Construção de fossa;
- Quintal, horta, galinheiros, curral, chiqueiro; e
- Tanque para peixe

2.4 EXECUÇÃO DE PBA: SEGURANÇA E ALERTA

Este PBA consiste em normatizar ações de segurança na utilização, operação, manutenção e instalação de equipamentos e maquinários da usina. Seu objetivo é garantir a segurança dos funcionários e a população ribeirinha.

Em agosto de 2010, um Diálogo Diário de Segurança (DDS) foi implantado, onde todos os dias foi lido com todos os colaboradores, um tema sobre segurança no trabalho e sobre segurança e alerta, antes do início da jornada. O Plano de Contingência da Companhia, foi o primeiro documento a ser lido, e o DDS deverá ser contínuo com a abordagem de outros temas sobre Segurança e Alerta. A ação também orienta os funcionários em situação de risco ou acidente de trabalho, ensinando-os a se precaverem de maiores danos em situações com essas características.

2.5 EXECUÇÃO DE PBA: MONITORAMENTO E CONTROLE DE VETORES

Este programa tem como objetivo apoiar a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Secretária de Saúde Municipal nas ações de combate e controle de vetores nos municípios do entorno do reservatório da UHE Corumbá IV.

A campanha de 2010 foi realizada nos seguintes municípios goianos: Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Luziânia, Corumbá do Goiás e Abadiânia.



Campanha de vetores na cidade de Novo Gama – Chácara Paulista.

2.6 EXECUÇÃO DE PBA: RELOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

2.6.1 MALHA VIÁRIA

No ano de 2010, realizou-se manutenção em duas estradas localizadas nos municípios do entorno do reservatório, sendo uma em Santo Antônio do Descoberto e outra em Alexânia.

2.6.2 REALOCAÇÃO DE ENERGIA E ÁGUA

AÇÃO REALIZADA EM 2010	NÚMERO
Perfuração de poço	07
Construção de rede Elétrica	10
Desconstrução de rede elétrica	10
Instalação de fossa pré-moldada	01
TOTAL	28

2.7 EXECUÇÃO DE PBA: DESCONSTRUÇÃO DE CASAS E BENFEITORIAS NA APP

No ano em questão, casas e benfeitorias de 19 (dezenove) glebas foram desconstruídas, totalizando 15.373,00 metros quadrados.

2.8 PROJETO SOCIAL: ALTERNATIVA PRODUTIVA - BALDE CHEIO

O projeto Balde Cheio possui o objetivo de aumentar a produtividade leiteira em propriedades de pequenos produtores, melhorando assim a qualidade de vida das famílias envolvidas. Inicialmente foram mobilizados alguns parceiros que resultou numa sinergia para a implantação, em 2009, da primeira Unidade Demonstrativa (UD), no município de Luziânia – Goiás. No primeiro semestre de 2010, 05 (cinco) Unidades Demonstrativas (UD's) foram inauguradas nos municípios goianos de: Abadiânia, Alexânia, Corumbá de Goiás, Silvânia e Gamelaire de Goiás. Ainda neste ano, o projeto Balde Cheio entrou em sua segunda fase de execução, agora implementando a inseminação artificial com o objetivo de proporcionar o melhoramento genético do rebanho em experimentação. Outros temas como fossa biodigestora e conservação de nascentes também são conduzidos dentro do projeto.



Dia de Campo – Balde Cheio. Abadiânia, 2010

2.9 PROJETO SOCIAL: AGRINHO

O Programa Agrinho é uma ação de educação socioambiental que visa fornecer suporte aos docentes de 1º ao 9º ano do ensino fundamental de escolas municipais do Estado de Goiás, incluindo os oito municípios do entorno da UHE Corumbá IV.

Em 2010, a Corumbá Concessões S.A. firmou esta parceria com o Sistema FAEG/SENAR, responsável pela realização deste programa, por apoiar a promoção da dinamização política e social dos municípios do entorno da UHE Corumbá IV, para dessa forma propiciar o desenvolvimento e a prática do conceito de cidadania e ética ambiental, não somente entre professores e alunos, mas com toda a comunidade local. O tema trabalhado neste ano foi "Ética, Cidadania e Meio Ambiente".

2.10 PROJETO SOCIAL: HORTAS ESCOLARES

Iniciado em outubro de 2010 e com duração prevista de 01 (um) ano, o projeto Hortas Escolares irá desenvolver um ambiente educativo a partir da implementação de hortas orgânicas em cinco escolas públicas rurais, localizadas na área de Influência do reservatório da Corumbá IV.

Sua atuação na comunidade escolar objetiva apontar um novo caminho ao processo de ensino aprendizagem por meio da vivência e da práxis dos conteúdos. Tal processo propiciará uma ecoformação de servidores e educadores, estudantes, bem como toda a comunidade envolvida, a cerca do tema Educação, Agroecologia e Alimentação Saudável.

2.11 PROJETO SOCIAL: CONSTRUÇÃO DE CASAS

As casas deste projeto, após construídas e dotadas de energia elétrica, poço artesiano e outros requisitos básicos, são entregues ao desapropriado que atendeu a todos os critérios do projeto, a exemplo: o de "Viver da Terra".

No ano de 2010, as casas construídas e entregues, beneficiaram 05 (cinco) famílias, que atenderam aos critérios deste projeto.

2.12 PROJETO SOCIAL: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS RURAIS

O projeto tem o objetivo de proporcionar à comunidade escolar dos municípios, uma escola/prédio com infraestrutura adequada para a prática de atividades escolares: salas amplas, ventiladas, com iluminação adequada, banheiros separados para meninas e meninos, pátio para convivência, quadra poliesportiva entre outros.

Dentre as reformas e construção, os três colégios beneficiados em 2010 por este projeto, beneficiarão juntos, aproximadamente 364 (trezentos e sessenta e quatro) alunos por ano.

2.13 PROJETO SOCIAL: CAMPO SAÚDE

O Evento Campo Saúde, realizado em parceria com o sistema FAEG/SENAR, teve início no ano de 2010 nos municípios de Gamelaire e Corumbá de Goiás.

Com grande expressão social, o evento contempla ações de cidadania, pois leva à população do campo, atendimento de várias especialidades médicas – incluindo vacinação de crianças e adultos, confecção de documentos como RG, CPF e carteira de trabalho, cuidados com higiene pessoal entre outras ações. O evento teve duração de um dia em cada município, e atendeu mais de 4.000 habitantes locais.

2.14 PLANO DE USO E CONSERVAÇÃO DO ENTORNO DE RESERVATÓRIO ARTIFICIAL – PACUERA

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA), tem por finalidade normatizar o uso do entorno do reservatório, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade de projetos que possam ser implementados. O PACUERA é uma complementação dos planos diretores municipais. Este documento, ainda está em análise pelo IBAMA e, em 2011, deverão ser marcadas as audiências públicas para a sua implementação.

2.15 DOAÇÕES

As doações realizadas no ano de 2010 contemplaram diversas frentes sociais, tais como capacitação de professores, doação de materiais escolares, folders, camisetas, mudas do Bioma Cerrado, brinquedos, tanque de resfriamento de leite, materiais de insumos e, entre outros.

Todos esses materiais foram utilizados em eventos e programas de cunho socioambiental, proporcionando a população requisitante instrumentos de trabalho para atividades educativas, ilustrativas, elucidativas entre outras, que complementam o sentido de reconhecimento do status da população/comunidade.

Entre os projetos apoiados, de maior expressão deste ano, podemos citar "Coral Vozes de Corumbá" e a doação do resfriador de leite para as comunidades envolvidas no projeto Balde Cheio.

2.16 PATROCÍNIOS CULTURAIS

Assim como as doações, os patrocínios culturais atendem as demandas da população por instrumentos de trabalho, entretanto, este, cultural.

Os patrocínios, em sua maioria, ocorrem em festas e eventos que reafirmam a cultura local da população, a exemplo, as "Cavalhadas de Corumbá de Goiás" que, desde o ano de 2006, recebe o patrocínio desta Companhia.

3. MEIO FÍSICO-BIÓTICO

O meio físico-biótico da Corumbá gerencia a execução de 10 Planos Básicos Ambientais (PBAs), determinados pela LO nº 514/2005.

3.1 EXECUÇÃO DE PBA: PROTEÇÃO DA FAUNA SILVESTRE E DA ICTIOFAUNA

Os Programas de Proteção da Fauna Silvestre e da Ictiofauna estão concluídos.

3.2 EXECUÇÃO DE PBA: RECOMPOSIÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Além do plantio de mudas na APP, em 2010 foi autorizada a contratação da Empresa SÉRIEMA, para a execução dos serviços de recomposição de 28 ha de mata ciliar, sendo que 14 ha serão recompostos mediante o plantio com sementes.

3.3 EXECUÇÃO DE PBA: CONTROLE DE MACRÓFITAS AQUÁTICAS

A proliferação de macrófitas ocorre em virtude da emissão, nos rios, de efluentes de esgotos sem o devido tratamento pelas empresas responsáveis pelo saneamento básico da região. Diante disso, a Corumbá em seu quarto ano consecutivo, realiza monitoramentos trimestrais, nos braços do lago da UHE Corumbá IV, para controle da biomassa de macrófitas, que também servem de base para auxiliar a retirada destas espécies do reservatório. Estas macrófitas são destinadas a compostagem e, posteriormente, são utilizadas como adubo orgânico na revegetação da APP e/ou como doação para agricultores familiares.

3.4 EXECUÇÃO DE PBA: MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA

Este programa está em seu 6º (sexto) ano de monitoramento, sendo realizado por equipe técnica terceirizada, com coletas trimestrais de água em 19 (dezenove) pontos, sendo 11 (onze) nos afluentes e 08 (oito) no reservatório. De todas as coletas obtidas, verificou-se que a qualidade da água do reservatório apresenta-se boa para geração de energia.

3.5 EXECUÇÃO DE PBA: MONITORAMENTO E CONTROLE DE EROSIÃO

O monitoramento e a intervenção de processos erosivos às margens do reservatório da UHE Corumbá IV são realizados pela equipe de fiscalização própria. Tal programa visa identificar processos erosivos e acompanhar a recuperação dos locais onde ocorrem posteriores intervenções. Em 2010, não houve novos processos de erosão e os focos erosivos que sofreram intervenção nos anos anteriores, apresentaram-se controlados.

3.6 EXECUÇÃO DE PBA: MONITORAMENTO CLIMÁTICO

Desde o início do monitoramento climático, após o enchimento do reservatório, não houve nenhum registro de alteração do micro clima.

3.7 EXECUÇÃO DE PBA: MONITORAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

A elevação do nível do reservatório está estabilizada. As análises da qualidade da água não apresentam sinais de contaminação do lençol freático.

3.8 EXECUÇÃO DE PBA: MONITORAMENTO SISMOLÓGICO

Desde o início deste monitoramento, não houve nenhum registro de abalo sísmico na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV.

3.9 EXECUÇÃO DE PBA: MONITORAMENTO SEDIMENTOLÓGICO

Este programa controla a quantidade de partículas suspensas no reservatório. Em 2010, foi implementada, à jusante do ponto de Corumbá IV, uma nova estação sedimentométrica. Não houve alterações significativas no afluxo de sedimentos durante o presente ano.

3.10 EXECUÇÃO DE PBA: RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA

O plantio na área do PRAD foi concluído no final de 2009, sob



Corumbá Concessões S/A

CNPJ nº 04.066.598/0001-72 www.corumbaconcessoes.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em milhares de reais. Table with columns for Ativo, Passivo e patrimônio líquido, and rows for 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, and 1º de janeiro de 2009.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Table with columns for 2010 and 2009, and rows for Operações continuadas, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, and Lucro (prejuízo) por ação de operações continuadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais. Table with columns for Reservas de lucros (Capital social, Legal, Estatutária, Prejuízos acumulados, Total) and rows for Em 1º de janeiro de 2009, Lucro líquido do exercício, and Em 31 de dezembro de 2009.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais. Table with columns for 2010 and 2009, and rows for Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, and Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais A Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a concessão de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Portaria DNEEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009, sendo depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

2 Resumo das principais políticas contábeis 2.1 Base da preparação As presentes demonstrações financeiras foram avaliadas e ratificadas pela diretoria e submetidas ao Conselho Fiscal da Companhia em 15 de março de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2.10 Ativo diferido O ativo diferido da Companhia foi constituído à época da construção pelas aplicações de recursos em despesas que contribuem hoje para a formação de resultados positivos. A amortização está sendo efetuada no prazo de até 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2006. A Concessionária, em linha com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e demais pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, optou por manter os demais saldos no grupo do ativo diferido até sua completa amortização.

2.2 Apreciação do resultado O resultado é apurado pelo regime de competência. Os tributos diferidos foram reconhecidos, considerando as alíquotas vigentes, que o imposto de renda e para a contribuição social sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável. 2.3 Ativos circulante e não circulante Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras garantidoras do contrato de financiamento são demonstradas no balanço patrimonial reduzindo o passivo não circulante.

2.12 Empréstimos e financiamentos Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

2.5 Ativos financeiros Classificação A Concessionária classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

Table with columns: Custo, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009, Taxa anual de depreciação - % (*). Rows: Imobilizado em serviço – Usina Terrenos, Reservat., barragens e adutoras (i), Máquinas e equipamentos (ii), Veículos e embarcações, Imobilizado em serviço – Administração, Computadores e periféricos, Móveis e utensílios, Outros.

2.6 Contas a receber As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor justo e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Não há evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Table with columns: Custo, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009, Taxa anual de amortização - %. Rows: Contrato de conexão (i), Direito de uso do bem público (ii).

2.7 Impairment de ativos não financeiros O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

Table with columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, Aliquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %, Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação, Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva, Adições permanentes, Despesas indedutíveis, Outros.

6 Outros ativos Refere à complementação de garantia depositada no Bradesco para fazer face às exigências de garantia das operações de energia elétrica no mercado de curto prazo, liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

7 Imobilizado (a) Composição Refere à complementação de garantia depositada no Bradesco para fazer face às exigências de garantia das operações de energia elétrica no mercado de curto prazo, liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(*) Em 2009 refere-se substancialmente a caixa do imobilizado em curso relativo aos estudos Themag para construção de "muro" na barragem. Em 2010 refere-se a transferência (Nota 18) da Subestação Santa Maria em atendimento ao disposto no Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD). 8 Intangível (a) Composição

Table with columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009, Taxa anual de amortização - %. Rows: Saldo inicial em 1º de janeiro, Aquisições, Baixas (*), Depreciação.

(*) Em 2009 refere-se substancialmente a caixa do imobilizado em curso relativo aos estudos Themag para construção de "muro" na barragem. Em 2010 refere-se a transferência (Nota 18) da Subestação Santa Maria em atendimento ao disposto no Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD). 8 Intangível (a) Composição

Table with columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009, Taxa anual de amortização - %. Rows: Diferido em serviços – Usina, Despesas pré-operacionais (i), Despesas com seguros, Diferido em serviço – Administração, Despesas pré-operacionais (i).

Table with columns: 2010, 2009. Rows: Saldo inicial em 1º de janeiro, Amortização, 10 Fornecedores, Empresa coligada – Serveng Civilsan S.A., Credores diversos – Terrenos, Diversos, 11 Partes relacionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo (passivo)		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Corumbá Concessões S.A.	9.063	7.318	8.365
Fornecedores - Serveng-Civilisan S.A.	(8.179)	(21.540)	(38.209)
Dividendos	(6.080)	(5.024)	(5.171)
Compromisso com partes relacionadas (FIP) – Não Circulante	(141.795)	(126.676)	(123.200)
Adiantamento para futuro aumento de Capital (i)			
Serveng Civilisan S.A.	(38.195)	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	(3.232)	(3.232)	(3.232)
Receita operacional – CEB Distribuidora S.A.	106.205	103.147	96.113
Resultado financeiro – Serveng-Civilisan S.A.	(1.639)	(231)	(3.629)

(i) O saldo de R\$ 41.427 permanecerá registrado como Não circulante enquanto não for aprovada pelos Acionistas a destinação definitiva desses recursos.

Opção de compra de ações próprias
O acionista Fundo de Investimento em Participações BRB – Corumbá Concessões S.A. ("Fundo") efetuou operação de Opção de Venda de Ações por meio de Instrumento Particular datado de 29 de abril de 2005. Segundo este documento, o Fundo tem o direito de vender à Concessionária as ações adquiridas, considerando a atualização pela variação do IGP-M acrescida de juros de 8,5% ao ano, contadas a partir da data de integralização do capital.

As partes acordaram que o Fundo poderá exercer a opção de venda das ações detidas somente a partir do 1º dia útil do 11º ano contado da completa motorização da Usina. Por outro lado, a Concessionária tem a opção de exercer a compra das ações do Fundo a qualquer momento, com a devida remuneração, conforme contrato. Nesse momento, a remuneração líquida será considerada no preço de aquisição e registrada como ações em tesouraria.

Em linha com as CPCs 38 a 40, em especial aos itens 11 e 16 da CPC 39 (Instrumentos Financeiros – Apresentação), os valores vinculados ao Fundo de Investimento em Participações Corumbá (FIP – Corumbá), até então acompanhados por forma de "conta gráfica", com parte do mesmo sendo classificado como instrumento patrimonial, passou a ser inteiramente reconhecido como instrumento financeiro, mensurado pelo valor justo por meio de resultado, lançado no passivo da Corumbá, tanto a parcela relativa ao aporte inicial, como também suas atualizações contra resultado, sendo então lançados e representados os valores relativos aos anos anteriores.

Para tal foi criada uma cota redutora (R\$ 76.000) do Patrimônio Líquido em valor equivalente ao aporte inicial do FIP na Companhia, tendo como contrapartida o lançamento desse valor no passivo, ao mesmo tempo, foram reconhecidos também nesse passivo, com efeito no resultado, os valores relativos à sua atualização e remuneração definidas em contrato.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho de administração foi de R\$ 687 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (2009 – R\$ 1.031).

12 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% ao ano)	222.378	236.108	246.259
Banco do Brasil S.A. (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% ao ano)	29.130	31.059	35.454
Empréstimo em moeda nacional: Bicbanco			5.000
	251.508	267.167	286.713
Circulante	(36.171)	(13.453)	(8.150)
Não Circulante	215.337	253.714	278.563

(i) Os financiamentos de longo prazo referem-se a recursos recebidos do BNDES e do Banco do Brasil S.A. O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 232.160 com o BNDES e R\$ 40.000 com o Banco do Brasil S.A. No cronograma de amortização repactuado em agosto de 2008, é previsto que ao final do contrato, as prestações sejam amortizadas em 135 parcelas (destas 50 já incorridas para os Subcréditos A e C e 51 parcelas para o Subcréditos B e D) finalizando os referidos contratos em janeiro de 2018.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
2011		36.130
2012	35.398	36.130
2013	35.398	36.130
2014	35.398	36.130
2015	35.398	36.130
2016 em diante	73.745	73.064
	215.337	253.714

Os financiamentos estão garantidos por: (i) penhor dos direitos emergentes da Concessão; (ii) ações da Concessionária, de propriedade da Serveng-Civilisan e C&M Engenharia Ltda.; (iii) pelo contrato de venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A.; e (iv) aval da empresa Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., empresa holding detentora do controle acionário da Serveng-Civilisan. As aplicações financeiras em CDB vinculadas à garantia ao pagamento de parcelas do financiamento com o Banco do Brasil estão reclassificadas, como conta redutora de Empréstimos e financiamentos – não circulante, no valor de R\$ 2.014 (R\$ 2.208 – 31.12.2009).

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social
O capital social é representado por 692.914.832 Ações Nominativas sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA" e 126.666.666 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNB", totalizando um capital subscrito de R\$ 375.453.

(b) Direitos de ações
As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe "A" não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe "A" participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e de ações ordinárias.

As ações preferenciais nominativas da Classe "B" não têm direito de voto e gozam da seguinte vantagem e preferência:

• Prioridade na distribuição de dividendos fixos, não cumulativos, calculados com base nos percentuais a seguir indicados, contados a partir da "Completa Motorização da Usina", ocorrida em 31 de dezembro de 2007, ressaltando-se que os anos abaixo indicados têm por base o ano de apuração dos lucros e não o ano de sua distribuição, de forma que os dividendos serão distribuídos no ano seguinte sobre a parcela integralizada do capital social representada pelas ações preferenciais da Classe "B" à época da distribuição avaliada pelo preço de subscrição, que em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 6,080:

- 1º e 2º ano - 6% (seis por cento);
- 3º ao 5º ano - 8% (oito por cento);
- 6º e 7º ano - 10% (dez por cento);
- 8º e 9º ano - 11% (onze por cento); e
- 10º a 13º ano - 12% (doze por cento).

• A partir do 14º ano essa classe de ações seguirá sem direito a voto e terá assegurada como única vantagem a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Concessionária, não tendo mais direito ao dividendo fixo acima especificado.

(c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento dos dividendos aos detentores das ações PNB, de 8% do capital integralizado por estas ações, perfazendo montante de R\$ 6.080, relativos ao exercício de 2010, a ser pago no ano de 2011 (Nota 11).

14 Obrigação pelo uso do bem público – "Outorga"

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº. 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais em torno de R\$ 82 corrigidos anualmente pelo IGP-M.

A administração da Concessionária, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer em ativo intangível em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Concessionária assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

15 Cobertura de seguros

A Concessionária tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais/patrimoniais e civis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2010, respectivamente, R\$ 548.819 e R\$ 139.000.

16 Contingências

A Concessionária é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2010	2009	2010	2009
Cíveis/Trabalhistas	67	67	5.748	10.176

	2010	2009
Saldo inicial em 1º de janeiro	10.176	151
Baixas		(67)
Reversões (Principalmente item (a))	(4.428)	
Constituições (Principalmente item (a))		10.092
Saldo final em 31 de dezembro	5.748	10.176

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Concessionária e pela administração. Durante o exercício de 2010 o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Concessionária, na avaliação das suas contingências, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Concessionária.

(a) Ação de terras
Em 2010 foi revertida parte da provisão para contingências no montante de R\$ 4.268. A provisão se refere à ação de desapropriação na qual a Companhia obteve, em junho de 2010, decisão favorável em revisão de sentença da segunda instância por unanimidade entre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Com essa decisão, reduziu a expectativa de desembolso para desapropriação de R\$ 9.898 para o montante de R\$ 5.630 na época.

(b) Ação Civil Pública – Mandado de segurança de cassação da Licença de Operação (L.O.)
Ação – O Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2006 impetrou Mandado de Segurança com pedido liminar objetivando a suspensão da Licença de Operação nº 514/2005 expedida pelo IBAMA em favor da Concessionária, bem como o cancelamento da inauguração do empreendimento UHE Corumbá IV, no qual a Concessionária postulou ação de Suspensão de Segurança da referida liminar, e obteve-se decisão suspendendo a liminar concedida, restituindo os efeitos da LO e autorizando a inauguração e operação do empreendimento.

Apesar de longo dos anos de 2007 a 2010 a Concessionária empenhou suas atuações ambientais em uma política de aproximação contínua com os órgãos governamentais licenciadores e fiscalizadores do cumprimento das condicionantes socioeconômicas e ambientais do empreendimento, tais como IBAMA, ICMBio e Ministério Público, resultando no encaminhamento do Mandado de Segurança movido pelo MPF para extinção, eis que em 2009 a ação de suspensão de segurança nº 2006.01.00.002651-0, ajuizada pela Companhia foi julgada procedente em favor da Concessionária pela Corte Especial do TRF da 1ª Região, rejeitando-se por unanimidade de votos o agravo regimental interposto pelo MPF. Finalmente, no ano de 2010 a referida decisão transitou em julgado, mais precisamente na data de 26 de março de 2010 e o processo fora arquivado em 16 de abril de 2010.

(c) Ação fiscal
A Concessionária iniciou uma ação administrativa junto à Receita da Fazenda do Estado de Goiás, questionando os pagamentos do diferencial de ICMS já realizados, no entendimento que foram débitos inapropriados, não havendo reconhecimento contábil dessa contingência ativa.

(d) Outras contingências – Ressarcimento e Perdas e Danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng-Civilisan S.A. ("Serveng") requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos no contrato de obra gerado por atrasos nos recebimentos das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma compensação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas, sendo o pleiteado para dezembro de 2009, totalizando R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando, portanto R\$ 122.601. Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª RECA) a Corumbá contratou peritos jurídicos e contábil para avaliar o pleito e recalcular os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus Peritos).

Não obstante a apresentação dos peritos, os quais apresentaram valores cerca de 41% menores que o pleiteado nesta data, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Peritos), nesse momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado. Tendo em vista a indefinição quanto aos valores, bem como a não resolução desse assunto em fórum administrativo e tendo em vista não se tratar ainda de assunto em âmbito judicial, a Administração não instituiu provisão para fazer face a eventuais desembolsos relacionados a esse evento.

(e) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 27.500.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Custos operacionais gerais (a)	18.600	16.364
Custo de energia elétrica (b)	15.498	9.210
Custo de uso do sistema de distribuição	3.107	3.202
Custo de compensação financeira – CFURH	2.133	2.598
Custo de mão de obra própria	1.286	1.162
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.016	2.693
Custo de fiscalização regulatória	311	291
Depreciação e amortização (*)	18.902	22.882
	60.853	58.402

(*) Ajuste Resolução Normativa nº 367/ANEEL

(a) Custos operacionais gerais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Meio ambiente	10.619	9.999
Serviços profissionais – pessoa jurídica	4.117	1.242
Manutenção de Barragem/Usina	1.147	993
Seguro – Usina	1.091	1.165
Manutenção de SE Linha de Transmissão	485	519
Preservação e segurança	385	328
Combustíveis e lubrificantes	144	192
Compra de terras	72	118
Compensação Ambiental (Lei SNUC)		1.368
Outros	540	440
	18.600	16.364

(b) Custo de energia elétrica
Os valores registrados como custo de compra de energia para o exercício de 2010 se referem à compra de energia da empresa Delta Comercializadora, no contexto de uma estratégia de sazonalização da energia assegurada da Concessionária. A receita associada a esta operação foi de R\$ 16.768 em 2010, gerando ao final do ano o resultado positivo de R\$ 1.270 (2009 – R\$ 1.270).

18 Outras despesas operacionais

Em 2010, a Corumbá Concessões S.A. efetuou a transferência patrimonial de bens, no valor de R\$ 11.598 à CEB Distribuição S.A. (CEB), relativa às instalações de conexão construídas pela Corumbá Concessões S.A. na Subestação de Santa Maria da CEB, descritos expressamente no Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD) - celebrado entre as partes na data de 1º de fevereiro de 2006. Esta transferência prevista em contrato, quita todas as obrigações relacionadas aos encargos de conexão à rede de distribuição da CEB.

Este valor já depreciado foi fruto de trabalho realizado em adequação à Portaria DZNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009.

19 Resultado financeiro

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Juros, variações cambiais e monetárias sobre financiamentos BNDES e Bancos do Brasil	26.678	18.543
Despesas correção FIP	21.199	3.476
Despesas com financiamentos	1.229	126
Juros e atualização monetária com fornecedores	1.639	221
Despesas financeiras com Outorga	786	1.849
Outros	526	
	52.057	24.215

20 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros
A Concessionária opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Concessionária não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo, a única operação existente nessa linha é a atualização do saldo de conta reserva no Banco do Brasil S.A. (dado em obrigação de contrato de financiamento) onde este último remunera tal depósito via operação de swap contratado por este Banco.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Financiamentos
O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e cesta de moedas e aproxima-se do valor de mercado.

(d) Política de gestão de riscos financeiros
A Concessionária possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(e) Risco de crédito
A política da Concessionária considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

(f) Risco de liquidez

É o risco da Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

(g) Risco de mercado

Risco com taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Concessionária incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Risco com taxa de câmbio
O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem 10% do total de seu contrato com o BNDES em moeda estrangeira. A avaliação da administração é que o risco de exposição pela mudança na taxa de câmbio é baixo.

21 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos de P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

22 Adoção dos CPCs pela primeira vez

22.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou as exceções obrigatórias relevantes e isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva, não sendo adotada conforme análise da administração.

22.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs

Abaixo segue explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

	1º de janeiro de 2009		
	original	ajustes	ajustado
Balanco Patrimonial			
Ativo			
Circulante	20.050		20.050
Não circulante			
Realizável a longo prazo	1.142		1.142
Imobilizado	708.481		708.481
Intangível (i)		9.686	9.686
Diferido	25.488		25.488
	735.111	9.686	744.797
	755.161	9.686	764.847
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	40.443		40.443
Empréstimos e financiamentos	8.150		8.150
Provisão para contingências	151		151
Obrigações trabalhistas e sociais	227		227
Obrigações tributárias	1.000		1.000
Outorga (ii)		885	885
Dividendos propostos	5.171		5.171
Outros passivos	658		658
	55.800	885	56.685
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	278.563		278.563
Compromissos com partes relacionadas (iii)		123.200	123.200
Obrigações tributárias	102	(6)	96
Outorga (ii)		23.080	23.080
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	35.985	5.442	41.427